Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 7

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022 15

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 16

Demonstração de Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 71

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 73

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	96.227
Preferenciais	0
Total	96.227
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	810.984	809.379
1.01	Ativo Circulante	31.221	31.610
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.599	2.640
1.01.03	Contas a Receber	28.196	28.880
1.01.03.01	Clientes	10	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.186	28.880
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	426	90
1.02	Ativo Não Circulante	779.763	777.769
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.288	36.582
1.02.01.04	Contas a Receber	33.777	34.027
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	33.777	34.027
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.511	2.555
1.02.02	Investimentos	738.195	741.077
1.02.03	Imobilizado	280	110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	810.984	809.379
2.01	Passivo Circulante	74.971	71.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	282	282
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.621	930
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.980	58.221
2.01.05	Outras Obrigações	14.088	12.220
2.01.05.02	Outros	14.088	12.220
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	4.930	4.930
2.01.05.02.05	Títulos a Pagar	9.158	7.290
2.02	Passivo Não Circulante	39.634	41.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.419	13.207
2.02.02	Outras Obrigações	405	98
2.02.02.02	Outros	405	98
2.02.04	Provisões	34.810	28.357
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.810	28.357
2.03	Patrimônio Líquido	696.379	696.064
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.04	Reservas de Lucros	15.827	15.827
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	315	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.649	6.649

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27	0
3.01.01	Receita líquida de vendas	27	0
3.03	Resultado Bruto	27	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.716	26.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.994	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.722	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.432	26.438
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.743	26.438
3.06	Resultado Financeiro	-9.383	-3.039
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.383	-3.039
3.06.02.01	Despesas financeiras	-9.383	-1.159
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	0	-1.880
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.640	23.399
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.955	0
3.08.02	Diferido	4.955	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	315	23.399
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	315	23.399
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0033	2,779
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0033	2,779

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	315	23.399
4.03	Resultado Abrangente do Período	315	23.399

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.608	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.146	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-4.640	23.399
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.432	-26.438
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	5	0
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	8.468	3.039
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	757	0
6.01.01.20	Provisão para contingencias	3.696	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.705	0
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-10	0
6.01.02.05	Títulos a receber	187	0
6.01.02.10	Outros Ativos	-336	0
6.01.02.15	Tributos a recolher	690	0
6.01.02.17	Títulos a pagar	2.174	0
6.01.03	Outros	-2.167	0
6.01.03.02	Juros pagos	-2.167	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-175	0
6.02.05	Aquisição de Imobilizado	-175	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.742	0
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-8.333	0
6.03.08	Recebimento de partes relacionadas, líquidos	13.075	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.640	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.599	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	673.588	15.827	0	0	6.649	696.064
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	315	315
5.07	Saldos Finais	673.588	15.827	0	0	6.964	696.379

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	276.198	-9.703	-27.398	-17.267	-214.179	7.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.862	0	0	-23.862
5.04.08	Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	-397.390	-9.703	-3.536	-17.267	-214.179	-642.075
5.04.09	Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	673.588	0	0	0	0	673.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.397	0	23.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.397	0	23.397
5.07	Saldos Finais	673.588	0	0	6.130	0	679.718

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	30	0
7.01.02	Outras Receitas	30	0
7.01.02.01	Receita de Arrendamento	30	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.577	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-786	0
7.02.04	Outros	-5.791	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.547	0
7.04	Retenções	-5	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.552	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.432	26.438
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.432	26.438
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.880	26.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.880	26.438
7.08.01	Pessoal	1.308	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.311	0
7.08.01.02	Benefícios	-3	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.985	0
7.08.02.01	Federais	-4.057	0
7.08.02.02	Estaduais	4	0
7.08.02.03	Municipais	68	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.242	3.039
7.08.03.01	Juros	9.225	3.039
7.08.03.02	Aluguéis	17	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	315	23.399
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	315	23.399

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.016.034	1.010.636
1.01	Ativo Circulante	96.920	94.086
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.852	23.215
1.01.03	Contas a Receber	85.378	61.674
1.01.03.01	Clientes	56.723	32.326
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.655	29.348
1.01.04	Estoques	0	2
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.847	8.847
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.847	8.847
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	2.670	4.589
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	177	4.258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	843	348
1.02	Ativo Não Circulante	919.114	916.550
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	58.195	54.331
1.02.01.04	Contas a Receber	33.777	34.027
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	33.777	34.027
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.511	2.555
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.907	17.749
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	16.754	17.622
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	153	127
1.02.02	Investimentos	814.571	811.605
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	814.571	811.605
1.02.03	Imobilizado	46.348	50.614

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.016.034	1.010.636
2.01	Passivo Circulante	88.940	84.859
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.699	8.827
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.699	8.827
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.109	4.654
2.01.03.01.02	Outros tributos a recolher	5.590	4.173
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	59.406	59.087
2.01.05	Outras Obrigações	18.835	16.945
2.01.05.02	Outros	18.835	16.945
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.930	4.930
2.01.05.02.04	Tributos Parcelados	228	228
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	3.699	3.623
2.01.05.02.06	Titulos a Pagar	9.365	7.653
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	613	511
2.02	Passivo Não Circulante	230.715	229.713
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.419	13.280
2.02.02	Outras Obrigações	69.882	69.116
2.02.02.02	Outros	69.882	69.116
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	228	264
2.02.02.02.04	Adiantamento de Clientes	68.128	67.634
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	1.526	1.218
2.02.03	Tributos Diferidos	116.931	114.501
2.02.04	Provisões	39.483	32.816
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.483	32.816
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	696.379	696.064
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.04	Reservas de Lucros	15.827	15.827
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	315	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.649	6.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	23.717	38.192
3.01.01	Receita líquida de vendas	727	4.500
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	0	33.692
3.01.03	Receita de Arrendamento	22.990	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.470	-65
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-1.470	-65
3.03	Resultado Bruto	22.247	38.127
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.130	1.650
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.205	-651
3.04.02.01	Gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-6.205	-651
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.925	2.301
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	-5.925	2.301
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.117	39.777
3.06	Resultado Financeiro	-7.219	-2.763
3.06.01	Receitas Financeiras	612	221
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.831	-2.984
3.06.02.01	Despesas financeiras	-7.831	-1.104
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	0	-1.880
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.898	37.014
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.583	-13.615
3.08.01	Corrente	-5.109	0
3.08.02	Diferido	2.526	-13.615
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	315	23.399
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	315	23.399
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	315	23.399

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	315	23.399
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	315	23.399
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	315	23.399

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.395	5.237
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.034	6.958
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.898	37.014
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	1.479	417
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	0	28
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	6.884	3.170
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	757	0
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	0	-33.692
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	216	21
6.01.01.20	Provisão para contingencias	3.800	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.117	-258
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-25.350	-347
6.01.02.02	Estoques	-1	777
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	3.257	-692
6.01.02.05	Títulos a Receber	923	2
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-26	0
6.01.02.10	Outros ativos	-495	12
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-918	0
6.01.02.13	Outros Passivos	0	-10
6.01.02.15	Tributos a recolher	372	0
6.01.02.16	Salários e contribuições sociais	102	0
6.01.02.17	Títulos a pagar	2.019	0
6.01.03	Outros	-2.312	-1.463
6.01.03.02	Juros pagos	-2.312	-1.463
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-176	-36.481
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-176	-35.746
6.02.06	Aquisição de Intangível	0	-735
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.792	-1.138
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-8.756	-1.065
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-36	-73
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.363	-32.382
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.215	34.198
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.852	1.816

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	673.588	0	15.827	0	6.649	696.064	0	696.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	0	15.827	0	6.649	696.064	0	696.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	315	0	315	0	315
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	315	0	315	0	315
5.07	Saldos Finais	673.588	0	15.827	315	6.649	696.379	0	696.379

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670	0	648.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670	0	648.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	276.198	-9.703	-27.398	-17.267	-214.179	7.651	0	7.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.862	0	0	-23.862	0	-23.862
5.04.08	Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	-397.390	-9.703	-3.536	-17.267	-214.179	-642.075	0	-642.075
5.04.09	Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	673.588	0	0	0	0	673.588	0	673.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.397	0	23.397	0	23.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.397	0	23.397	0	23.397
5.07	Saldos Finais	673.588	0	0	6.130	0	679.718	0	679.718

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	26.463	38.288
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	987	4.500
7.01.02	Outras Receitas	25.260	33.809
7.01.02.01	Outras Receitas	25.411	117
7.01.02.02	Abatimento e devolução de Vendas	-151	0
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	0	33.692
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	216	-21
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.333	1.958
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.181	-182
7.02.04	Outros	-7.152	2.140
7.02.04.06	Outras despesas	-7.152	2.140
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.130	40.246
7.04	Retenções	-1.479	-417
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.479	-417
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.651	39.829
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	612	297
7.06.02	Receitas Financeiras	612	297
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.263	40.126
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.263	40.126
7.08.01	Pessoal	1.975	17
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.848	13
7.08.01.02	Benefícios	97	3
7.08.01.03	F.G.T.S.	30	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.313	13.650
7.08.02.01	Federais	6.197	13.618
7.08.02.02	Estaduais	48	31
7.08.02.03	Municipais	68	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.660	3.060
7.08.03.01	Juros	7.641	3.060
7.08.03.02	Aluguéis	17	0
7.08.03.03	Outras	2	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	315	23.399
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	315	23.399

Comentário do Desempenho

1. Mensagem da Administração

No primeiro trimestre de 2022 a receita líquida foi de R$ 23,7 milhões, proveniente, principalmente, da apropriação de 3/12 da receita de arrendamento da safra 2021/22 (R$ 22,8 milhões) e do manejo florestal sustentável da fazenda Terra Santa (R$ 0,7 milhão).

O custo dos produtos vendidos, no valor de R$ 1,5 milhão, reflete, principalmente a depreciação dos investimentos. Os gastos do período foram compostos majoritariamente por despesas gerais e administrativas, no valor de R$ 6,2 milhões, dos quais R$ 1,7 milhão é não recorrente. As outras despesa operacionais totalizaram R$ 5,9 milhões são não recorrentes e referem-se à adição de duas contingências tributárias, que passaram de prognóstico possível para provável, totalizando R$ 2,7 milhões, uma contingência cível no valor de R$ 1,2 milhão e baixa de tributos no valor de R$ 1,0 milhão.

O resultado financeiro, por sua vez, totalizou R$ 7,2 milhões e é composto, principalmente, por juros sobre financiamentos, no valor de R$ 2,5 milhões, atualização monetária sobre contingências, no valor de R$ 2,9 milhões, e juros sobre adiantamentos de clientes no valor de R$ 1,5 milhões.

Em abril de 2022, houve o recebimento de R$ 95,9 milhões referente ao contrato de arrendamento com a SLC para a safra 2021/22. Estes recursos serão utilizados para amortização de dívidas, pagamento dos dividendos anunciados e compromissos operacionais da Companhia.

O endividamento líquido, no fim de março de 2022, totalizou R$ 55,9 milhões, o que representa cerca de 2% do valor dos nossos ativos (ver avaliação da Deloitte na página 11 do release). Assim, seguimos com nosso objetivo de sermos uma empresa com ativos sólidos e com alta capacidade de geração de dividendos aos seus acionistas.

Notas Explicativas

Índice

Balanço patrimonial 2
Demonstração do resultado 3
Demonstração do resultado abrangente 4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 5
Demonstração dos fluxos de caixa 6
Demonstração do valor adicionado 7
Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias
1 Informações gerais ... 8
2 Base de preparação ... 12
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos ... 20
4 Caixa e equivalentes de caixa ... 23
5 Contas a receber de clientes ... 23
6 Títulos a receber ... 24
7 Tributos a recuperar (Consolidado) ... 25
8 Imposto de renda e contribuição social ... 26
9 Partes relacionadas ... 29
10 Investimentos (Controladora) ... 30
11 Propriedades para investimento (Consolidado) ... 31
12 Imobilizado ... 31
13 Empréstimos e financiamentos ... 34
14 Outros tributos a recolher ... 36
15 Tributos parcelados (Consolidado) ... 36
16 Provisão para contingências ... 37
17 Adiantamentos de clientes ... 41
18 Títulos a pagar ... 41
19 Patrimônio líquido ... 43
20 Instrumentos financeiros ... 43
21 Receita líquida ... 48
22 Custos e despesas por natureza ... 49
23 Resultado financeiro ... 49
24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa ... 50
25 Resultado por ação ... 50
26 Compromissos ... 50
27 Informação por segmento ... 51

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.599	2.640	7.852	23.215
Contas a receber de clientes	5	10		56.723	32.326
Títulos a receber	6	28.186	28.880	28.655	29.348
Estoques					2
Tributos a recuperar	7			2.670	4.589
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1			177	4.258
Outros ativos		426	90	843	348
		31.221	31.610	96.920	94.086
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Titulos a receber	6	33.777	34.027	33.777	34.027
Tributos a recuperar	7			16.754	17.622
Tributos diferidos	8.2	7.511	2.555	7.511	2.555
Depósitos judiciais	16.1			153	127
		41.288	36.582	58.195	54.331
Propriedades para investimento	11			814.571	811.605
Investimentos	10	738.195	741.077		
Imobilizado	12	280	110	46.348	50.614
		779.763	777.769	919.114	916.550
Total do ativo		810.984	809.379	1.016.034	1.010.636

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	58.980	58.221	59.406	59.087
Tributos parcelados	15			228	228
Dividendos a pagar	19.2	4.930	4.930	4.930	4.930
Adiantamentos de clientes	17			3.699	3.623
Titulos a pagar	18	9.158	7.290	9.365	7.653
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1			5.109	4.654
Outros tributos a recolher	14	1.621	930	5.590	4.173
Outras obrigações		282	282	613	511
		74.971	71.653	88.940	84.859
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	4.419	13.207	4.419	13.280
Tributos parcelados	15			228	264
Adiantamentos de clientes	17			68.128	67.634
Títulos a pagar	18	405	98	1.526	1.218
Tributos diferidos	8.2			116.931	114.501
Provisão para contingências	16	34.810	28.357	39.483	32.816
		39.634	41.662	230.715	229.713
Total do passivo		114.605	113.315	319.655	314.572
Patrimônio líquido	19				
Capital social	19.1	673.588	673.588	673.588	673.588
Reserva de lucro	19.2	15.827	15.827	15.827	15.827
Lucros acumulados		315		315	
Ajustes de avaliação patrimonial		6.649	6.649	6.649	6.649
Total do patrimônio líquido		696.379	696.064	696.379	696.064
Total do passivo e do patrimônio líquido		810.984	809.379	1.016.034	1.010.636

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de venda de madeira e produtos agrícolas	21			727	4.500
Receita líquida de arrendamento	21	27		22.990	
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	22				33.692
Custo das vendas	22			(1.470)	(65)
Lucro bruto		27		22.247	38.127
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(3.994)		(6.205)	(651)
Resultado de equivalência patrimonial	10	13.432	26.438		
Outras receitas (despesas), líquidas	22	(4.722)		(5.925)	2.301
		4.716	26.438	(12.130)	1.650
Lucro operacional		4.743	26.438	10.117	39.777
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras				612	221
Despesas financeiras		(9.383)	(1.159)	(7.831)	(1.104)
Variações cambiais, líquidas			(1.880)		(1.880)
		(9.383)	(3.039)	(7.219)	(2.763)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.640)	23.399	2.898	37.014
Imposto de renda e contribuição social	8.3				
Corrente				(5.109)	
Diferidos		4.955		2.526	(13.615)
Lucro líquido do período		315	23.399	315	23.399
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia		315	23.399	315	23.399
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	25	0,0033	2,7790		

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido do período	315	23.399	315	23.399
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do período	315	23.399	315	23.399

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a disposição da assembleia			
Em 1º de janeiro de 2021		397.390	9.703	1.768	1.768	23.862	214.179		648.670
Distribuição de dividendos	19.2					(23.862)			(23.862)
Lucro líquido do período								17.267	17.267
Patrimônio líquido em 28 de fevereiro de 2021, antes da reorganização societária	1.2	397.390	9.703	1.768	1.768		214.179	17.267	642.075
Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	1.2	(397.390)	(9.703)	(1.768)	(1.768)		(214.179)	(17.267)	(642.075)
Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	1.2	673.588							673.588
Lucro líquido do período								6.130	6.130
Em 31 de março de 2021		673.588						6.130	679.718
Em 1º de janeiro de 2022		673.588		1.038		14.789	6.649		696.064
Lucro líquido do período								315	315
Em 31 de março de 2022		673.588		1.038		14.789	6.649	315	696.379

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.640)	23.399	2.898	37.014
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Realização do valor justo dos ativos biológicos				(33.692)
Depreciações e amortizações	5		1.475	417
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado				28
Resultado da equivalência patrimonial	(13.432)	(26.438)		
Provisão para contingências	3.696		3.800	
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis			216	21
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	757		757	
Juros e variações cambiais, líquidos	8.468	3.039	6.884	3.170
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(10)		(25.350)	(347)
Títulos a receber	187		923	2
Estoques			(2)	777
Tributos a recuperar			3.257	(692)
Outros ativos	(336)		(491)	12
Depósitos judiciais			(26)	
Salários e contribuições sociais			102	
Tributos a recolher	690		372	
Adiantamentos de clientes			(918)	
Outros Passivos				(10)
Títulos a pagar	2.174		2.019	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.441)		(4.084)	6.700
Juros pagos	(2.167)		(2.312)	(1.463)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.608)		(6.396)	5.237
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(175)		(175)	(35.746)
Aquisição de intangível				(735)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(175)		(175)	(36.481)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(8.333)		(8.756)	(1.065)
Recebimento de partes relacionadas, líquidos	13.075			
Pagamento tributos parcelados			(36)	(73)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	4.742		(8.792)	(1.138)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(41)		(15.363)	(32.382)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.640		23.215	34.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.599		7.852	1.816

As transações e movimentações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa, estão divulgadas na Nota 24.

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços			987	4.500
Receita de arrendamentos	30		25.335	
Outras receitas			76	117
Abatimentos e devolução de vendas			(151)	
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis			216	(21)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas				33.692
	30		26.463	38.288
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(786)		(2.181)	(182)
Outras despesas (receitas)	(5.791)		(7.156)	2.140
	(6.577)		(9.337)	1.958
Valor adicionado bruto	(6.547)		17.126	40.246
Depreciação e amortização	(5)		(1.475)	(417)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(6.552)		15.651	39.829
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	13.432	26.438		
Receitas financeiras			612	297
Valor adicionado total a distribuir	6.880	26.438	16.263	40.126
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	1.311		1.848	13
Benefícios	(3)		97	3
FGTS			30	1
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	898		8.723	3
Estaduais	4		48	31
Municipais	68		68	1
Diferidos	(4.955)		(2.526)	13.615
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	9.225	3.039	7.641	3.060
Multas			2	
Aluguéis e arrendamentos	17		17	
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos	315	23.399	315	23.399
Valor adicionado distribuído	6.880	26.438	16.263	40.126

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. (“Companhia” ou “TS Agro”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, no endereço Praça General Gentil Falcão, 108, Cj. 81, Sala 04, 8º andar, Bairro Cidade Monções. Em 30 de junho de 2021, a razão social da Companhia foi alterada de TS Agro S.A. para Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Conforme mencionado na Nota 1.2 – Reorganização Societária, a Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 com o objetivo de viabilizar a reorganização societária da sua antiga controladora Terra Santa Agro S.A. (“TESA”). Nessa reorganização, em 31 de março de 2021, a Companhia passou a deter 100% das ações da TS Brasil S.A. (“TS Brasil”) que, em conjunto com a Companhia constituem o “Grupo”.

Em 14 de julho de 2021, a Companhia obteve o registro de “Companhia Aberta” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício-RIC nº 62/2021/CVM/SEP, possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão).

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações do Grupo compreendem a gestão de terras correspondentes a 39.189 hectares de área útil, respectivamente, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodoeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de arrendamento operacional firmado com a arrendatária TESA, bem como a exploração de manejo florestal sustentável, com a extração de madeira nativa em áreas de propriedade da TS Brasil. Objetivando a segregação, otimização e racionalização de suas atividades a operação de manejo florestal será executada, a partir de 2022, pela Companhia através de contrato de parceria agrícola a ser celebrado com sua Controlada.

1.2 Reorganização societária

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da sua antiga controladora TESA, a qual foi conduzida por seus acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da TESA para a SLC Agrícola S.A. (“SLC”), conforme fato relevante divulgado ao mercado pelas empresas envolvidas, em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas terras, que antes pertenciam à TESA por intermédio da TS Brasil S.A., não foram parte dessa transação de venda, e foram mantidas no Grupo pelos acionistas.

Como resultado dessa reorganização, a Companhia foi registrada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e faz a gestão das referidas terras e benfeitorias. Durante a reorganização, os acionistas da Companhia são os mesmos acionistas da TESA antes da conclusão da reorganização societária, mantendo a mesma estrutura acionária.

Essa reorganização societária incluiu os seguintes passos:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a TESA e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, objetivando a aquisição da operação agrícola da TESA pela SLC, por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;

- Em 7 de janeiro de 2021, essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e, em 25 de março de 2021, foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios (Nota 1.3);
- Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia foi constituída com capital social subscrito de R$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados; e

Notas Explicativas

- Em 31 de março de 2021, a TESA integralizou, na Companhia, acervo líquido representado pelos seguintes ativos e passivos, avaliados em R$ 673.588, conforme custo contábil, com a respectiva emissão de 673.588.731 ações da Companhia. O acervo líquido integralizado é como segue:

Investimento na TS Brasil S.A. (i)	642.075
Mais-valia das terras	192.487
Dívida financeira	(122.516)
Mútuo com parte relacionada	(38.458)
Total do aporte	673.588
Capital Social	397.390
Reservas de Capital	9.703
Reserva legal	1.768
Reserva estatutária	1.768
Ajuste de avaliação patrimonial	214.179
Lucros acumulados (Nota 19.2)	17.267
Total investimento na TS Brasil S.A. (i)	642.075

- Em 28 de abril de 2021, foi aprovada a redução do capital da TESA com a entrega das ações da Companhia para os seus acionistas, a qual estava sujeita ao transcurso do prazo de 60 dias para a oposição de credores, bem como a superação de cumprimento de condições do Acordo, a qual foi efetivada e implementada em 1º de agosto de 2021, quando a TESA deixou de ser controladora da Companhia;

- Em 14 de julho de 2021, foi obtido, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o registro de companhia aberta da Companhia na categoria A e, em 15 de julho de 2021, foi efetivada a listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão;

- Em 1º de agosto de 2021, foram formalizados contratos de arrendamento das terras e benfeitorias controladas do Grupo para a TESA por um prazo de 20 anos, pelo preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, sendo essa quantidade revista a cada 3 anos, acrescido do valor de R$ 70.000 (Nota 17), que foi pago pela TESA em 2 de agosto de 2021, à título de adiantamento de clientes, e que também compõe o preço do referido arrendamento a ser apropriado ao logo do prazo do contrato de forma linear.

- Em 1º de agosto de 2021, também foi efetivado o Acordo (item 1.3), o qual resultou em direitos e obrigações de reembolso para a Companhia, a receber e a pagar da TESA (controladora à época do Acordo), estimados no montante líquido de R$ 10.875. Esses direitos e obrigações, originados no Acordo, referem-se a direitos e obrigações originalmente reconhecidos na TESA e que não foram incluídos na transação de venda da operação agrícola pelos acionistas para a SLC, e foram contribuídos ao patrimônio da Companhia pelos acionistas. Nesse contexto, por referir-se à contribuição de ativos e passivos líquidos de acionistas ao patrimônio da Companhia, essa transação foi tratada como uma transação de capital, registrada diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

1.3 Ativos e passivos decorrentes do Acordo de Associação e Outras Avenças

A Companhia e os seus acionistas, no âmbito do Acordo firmado com a SLC, estabeleceram a obrigação, irrevogável e incondicional, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a TESA, após a data da efetivação do Acordo, decorrente de perdas provenientes de operações ocorridas no período anterior à data do Acordo.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à TESA, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC na combinação de negócios com a TESA. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela TESA e SLC para com a Companhia, contra toda e qualquer perda decorrente de ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela TESA ou SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da TESA e SLC também se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados da Companhia em até cinco dias úteis sempre que (i) o valor líquido de direitos e obrigações ultrapassar R$ 15.000, ou (ii) em 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro.

(a) Mensuração dos ativos e passivos

Na data da efetivação do Acordo, esses direitos e obrigações têm a seguinte natureza, e foram estimados nos seguintes montantes:

Direitos do Acordo	
Títulos pela venda de ativos (i)	4.886
Tributos a recuperar (ii)	48.048
Depósitos judiciais (iii)	4.743
Propriedades para investimentos (iv)	3.109
	60.786
Obrigações do Acordo	
Contas a pagar (v)	(24.538)
Provisão para contingências (vi)	(25.373)
	(49.911)
Dieitos do Acordo, líquidos	10.875
Tributos diferidos sobre o valor líquido	(4.226)
Efeito da transação de capital no patrimônio líquido da Companhia	6.649

Os ativos e passivos originados na contabilização do efeito líquido do Acordo foram reconhecidos em contrapartida da conta de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia, em 1º de julho de 2021, como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da TESA e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas.

Notas Explicativas

Os referidos ativos e passivos não estão sendo apresentados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial da Companhia e do Grupo, considerando não ser provável que o recebimento de ativos e o pagamento dos passivos ocorram no mesmo exercício e, portanto, não será realizada pelo valor líquido.

Os direitos do Acordo, independente da natureza que originou o seu registro original na TESA, foram reconhecidos como Títulos a receber (Nota 6), classificados como instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo através do resultado, a depender das características de cada ativo, considerando que serão liquidados mediante o recebimento de instrumentos financeiros pela Companhia. A mensuração desses ativos é como segue:

(i) Títulos a receber pela venda de ativos - Referem-se a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o recebimento do instrumento financeiro em período superior a noventa dias e, portanto, avaliado pela diretoria como contendo elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a receber foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. O valor do reconhecimento inicial desses títulos refere-se ao seu valor justo.

(ii) Tributos a recuperar - Referem-se a créditos tributários de diversas naturezas (PIS, COFINS, IRPF, IRPJ, CSLL e FUNRURAL) que estão reconhecidos contabilmente na TESA, e que serão realizados mediante (i) a compensação com débitos tributários, quando aplicável, e (ii) pedidos de ressarcimento em dinheiro, a depender da forma de apuração do referido crédito tributário e da legislação aplicável. Conforme determina o Acordo, os montantes realizados pela TESA serão pagos à Companhia mediante a entrega de instrumentos financeiros.

A Companhia, com base na estimativa de aproveitamento desses créditos formulada com base na média histórica de utilização, calculou o valor justo dos referidos instrumentos financeiros utilizando uma taxa de desconto de 8,66% ao ano, e um período médio de realização de 3 anos, a partir da data de efetivação da operação. Também com base nessa estimativa, os referidos títulos a receber foram segregados entre ativos circulante e não circulantes, conforme Nota 6.

(iii) Depósitos judiciais – Foram efetuados pela TESA para a discussão de ações judiciais cuja responsabilidade pela liquidação da obrigação é da Companhia. Os depósitos judiciais são registrados pelo custo amortizado e o seu valor se aproxima do valor justo na data do seu reconhecimento.

(iv) Propriedade para investimento – Refere-se a propriedade rural não incluída no acervo líquido integralizado na Companhia e, portanto, mantido em propriedade da TESA. A referida propriedade deverá ser vendida e os recursos financeiros recebidos devem ser enviados à Companhia, conforme determina o Acordo. Esse ativo foi reconhecido pelo seu valor justo na data da efetivação do Acordo, líquido dos encargos estimados na venda.

As obrigações do Acordo foram reconhecidas como Títulos a pagar (Nota 18) e Provisão para contingência (Nota 16), considerando os critérios utilizados para a sua mensuração, a saber:

(v) Conta a pagar - Referem-se a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o pagamento com a entrega de instrumentos financeiros, em período inferior a um ano e, portanto, avaliado pela diretoria como não contendo nenhum elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a pagar não foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. O valor do reconhecimento inicial desses títulos se aproxima do seu valor justo.

(vi) Provisão para contingências – A provisão para contingências foi calculada para aquelas ações em que a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Essa estimativa foi calculada pela diretoria, com o apoio de seus assessores legais, considerando as particularidades de cada ação, o conjunto probatório existente e a fase processual em que se encontra cada uma das ações. Essa obrigação está registrada como provisão para contingências. A diretoria decidiu por não constituir qualquer provisão para as ações classificadas como passivos contingentes, haja vista que essas ações têm a probabilidade de perda menor que provável, e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Gestão dos direitos e obrigações do Acordo

A diretoria da Companhia se reunirá mensalmente com a contraparte (SLC e TESA) para a avaliação, acompanhamento e verificação de documentação suporte para as movimentações dos ativos e passivos que compõem o Acordo.

Os efeitos identificados após a efetivação do Acordo, decorrentes da atualização dos saldos, ganhos e perdas não conhecidos no momento da sua efetivação, esperados ou não esperados, serão registrados no resultado do período da Companhia. No período de três meses findo em 31 de março de 2022, os efeitos subsequentes identificados são no montante líquido de R$ 7.407 registrados no resultado como despesas operacionais e despesas financeiras, sendo R$ 757 referente à ajuste a valor presente dos instrumentos financeiros, R$ 2.623 referente à atualização monetária para as contingências e R$ 4.027 referente à inclusão de quatro novos processos trabalhistas, tributários e cíveis.

Em 31 de março de 2022, o montante de R$ 3.894 de ativos foi considerado como realizado pela TESA, assim como o montante de R$ 6.277 de passivos foi considerado como pago, gerando uma obrigação líquida em conta corrente para a Companhia no montante de R$ 2.383. A diretoria da Companhia manteve esses valores apresentados nas suas contas de origem, no ativo (Nota 6) e no passivo (Notas 16 e 18), enquanto finaliza a sua avaliação dos valores apresentados pela TESA.

1.4 Efeitos da pandemia provocada pela Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus.

Até 31 de março de 2022, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia em razão desse tema. Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a diretoria não espera impactos negativos em suas operações.

2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da TESA e não configurava um negócio nos termos do CPC 15/ IFRS - Combinação de negócios e, portanto, a integralização das ações da TS Brasil na Companhia não foi contabilizada como uma combinação de negócios, mas sim como uma reorganização de capital. Considerando que as transações entre empresas sob controle comum, as quais compreendem a reorganização de capital, ainda não foram abordadas especificamente pelos CPCs e pelas IFRS, conforme CPC 23/ IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a diretoria pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23/ IAS 8.

Nesse contexto, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia, em 31 de março de 2021, consideram as informações financeiras históricas da TS Brasil, a qual foi integralizada pela Companhia em 31 de março de 2021 (Nota 1.2), aplicando a prática contábil do custo precedente, e que refletem a substância econômica das operações consolidadas da Companhia como se ela já existisse desde o início dos exercícios apresentados.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas

Notas Explicativas

e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

Em 9 de maio de 2022, foi autorizada pela diretoria da Companhia e pelo Conselho de Administração a conclusão das informações trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2022, estando aprovadas para divulgação.

(a) Informações contábeis individuais

As informações contábeis individuais da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

(b) Informações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.1 Base de consolidação e investimentos em controladas

Em 31 de março de 2022, as informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de sua controlada (em conjunto, o "Grupo"). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As demonstrações consolidadas intermediárias do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa da Companhia, em 31 de março de 2021, consideram as informações financeiras históricas da TS Brasil, as quais estão sendo apresentadas no contexto da reorganização de capital da Controladora (Nota 3.2 (b)).

Nas informações contábeis individuais da Companhia os resultados da controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

As informações contábeis da controlada TS Brasil são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados

Notas Explicativas

integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Os pagamentos efetuados em caixa pela TS Brasil para a Companhia estão sendo apresentados como redutores do saldo de investimentos nas demonstrações financeiras intermediárias da Controladora, considerando que os referidos pagamentos serão liquidados no futuro com dividendos declarados pela controlada, sem a intenção de movimentação de instrumentos financeiros.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia detém 100% do capital social da TS Brasil S.A., sua única controlada.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

2.2.1 Alterações de normas novas que estão em vigor

As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022 e a sua adoção não teve impacto nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.

- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
(ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
(iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
(iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

2.2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de

Notas Explicativas

política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da Companhia e de sua controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das informações contábeis intermediária da Companhia e de sua controlada, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Notas Explicativas

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica compreende os saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) ativos ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(a) Ativos ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente, além dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(c) Ativos ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada são substancialmente representados por empréstimos e financiamentos, títulos a pagar e tributos parcelados.

Notas Explicativas

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

2.6 Contas a receber de clientes e títulos a receber

A Companhia e sua controlada avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

Para os saldos de títulos a receber, o tratamento é semelhante ao dos montantes a receber de clientes, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e sua controlada estão demonstrados ao custo de aquisição considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terras e edificações na data de transição para CPCs/ IFRS, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e de sua controlada. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, exceto para terras que não são depreciadas (Nota 12), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No final de cada período, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.9 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com contratos de arrendamento. As propriedades para investimento estão mensuradas ao custo histórico dos ativos adquiridos ou integralizados na controlada. A mensuração das propriedades para investimento da Companhia e de sua controlada inclui o montante do custo atribuído às referidas propriedades,

Notas Explicativas

conforme descrito na Nota 2.7.

A depreciação, quando aplicável, é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período.

As receitas geradas encontram-se reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Adiantamentos de cliente

A TS Brasil recebeu adiantamentos da TESA em razão dos contratos de arrendamento firmados (Nota 1.3), com duração de 20 anos, e estimativa de finalização em agosto de 2041.

A diretoria entende que esses adiantamentos possuem um componente de financiamento significativo, uma vez que está recebendo à vista os fluxos de caixa de longo prazo, caracterizando-se como um passivo de contrato. Dessa forma, esses adiantamentos são atualizados com base na taxa de juros média de captação da Companhia e de sua controlada apurada na data do adiantamento, e serão deduzidos dos pagamentos anuais devidos pela TESA, de forma linear durante o prazo de duração dos contratos.

Notas Explicativas

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pelas empresas do Grupo na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados, e não há data de prescrição. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não está limitada aos 30% dos lucros tributáveis anuais para o resultado apurado na atividade agrícola/rural, porém, a referida limitação é aplicável para o resultado apurado nas operações de arrendamento operacional iniciadas em 1º de agosto de 2021.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos

A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas:

- A Companhia, sua controlada e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações
- A Companhia e sua controlada podem identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos
- A Companhia e sua controlada podem identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade

Notas Explicativas

legal é transferida.

(ii) Arrendamentos

A receita de arrendamento é proveniente de arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia e sua controlada não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel.

A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação de uma quantidade fixa de sacas de soja de 60 quilos por hectare arrendado, a depender se área útil ou não, valorizada pela cotação de mercado da *commodity* para os meses de janeiro, fevereiro e março do ano safra, líquida dos tributos sobre venda, a serem obtidas com potenciais compradores, já definido entre as partes.

2.14 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 23.

2.15 Transações de capital com acionistas

As transações entre a Companhia e seus acionistas são contabilizadas como transações de capital e reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, pelo seu custo histórico.

2.16 Resultado por ação

Conforme o CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação, o lucro líquido (prejuízo) por ação deve ser apresentado como básico e diluído (Nota 25).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social estão contempladas a seguir:

Notas Explicativas

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social estão contempladas a seguir:

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos no consolidado incluem o montante de R$ 17.688 (R$ 17.202 em 2021) reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Em 31 de março de 2022, esse montante inclui créditos tributários apurados na Companhia, para os quais a realização é estimada pela diretoria mediante a implementação de plano de negócio entre as empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada reconhecem tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A diretoria da Companhia e de sua controlada entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucros tributáveis futuros estimados com base nos seus planos de negócios. As premissas utilizadas pela diretoria para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos a renda consideram os riscos de mudanças climáticas nos negócios da Companhia e de sua controlada.

(ii) Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(iii) Receita de arrendamento

O reconhecimento da receita de arrendamento operacional é realizado de forma linear durante o exercício social da Companhia e de sua controlada, e considera a melhor estimativa de preço de comercialização da soja a ser confirmado apenas o início do exercício social seguinte. Dessa forma, a receita com arrendamento operacional reconhecida mensalmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode ser alterada quando da determinação do preço final da receita do ano-safra. Para a safra 2021/2022 a TS Brasil já definiu o preço correspondente (preço já fixado) para 100% do volume.

(iv) Prazo de realização dos direitos do Acordo

Para a determinação do valor justo dos direitos do Acordo (Nota 1.3) a diretoria, com base na sua melhor estimativa, determinou o montante dos títulos correspondente aos tributos a recuperar registrados na TESA serão utilizados, e consequentemente a Companhia será reembolsada, em até quatro anos. Essa estimativa foi constituída com base na melhor estimativa de ressarcimento dos pedidos de ressarcimento já realizados pela TESA, bem como pelo consumo dos créditos tributários no curso normal das operações da TESA.

Notas Explicativas

3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis

(a) Avaliação do contrato de parceria agrícola firmado entre a TS Brasil e a TESA

Até 31 de agosto de 2021, a TS Brasil mantinha contrato com a TESA (antiga controladora do Grupo), para a produção agrícola de soja, milho e algodão, em caráter de parceria, sobre o qual detinha a propriedade de 25% da produção bruta dos grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada a índices ou taxas. Nessa operação de parceria agrícola, a TS Brasil contribuía com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da diretoria, a referida operação não estava sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não havia qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhecia qualquer obrigação a pagar para a TS Brasil, haja vista que não controlava a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria.

Ainda conforme a avaliação da diretoria, o fluxo de caixa da referida operação era originado pela venda da sua parcela na produção agrícola da parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento do Grupo encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso fosse interpretado que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas eram imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não seria relevante para a interpretação dos usuários das informações contábeis intermediárias da Companhia.

(b) Utilização da contabilidade de reorganização de capital para a apresentação das informações contábeis históricas da Companhia

Com o objetivo de apresentar as informações contábeis históricas da Companhia, a diretoria julgou adequada a utilização da contabilidade de reorganização de capital, por entender que a Companhia, na data da sua constituição, não representava um negócio e que a sua criação como intermediária entre a TESA e a TS Brasil não se caracterizou como uma combinação de negócios nos termos do CPC 15/ IFRS 3 – Combinação de Negócios.

O julgamento da diretoria levou em consideração que essa transação foi realizada sob o controle comum da TESA, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2 e, dessa forma, as demonstrações consolidadas intermediárias do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa da Companhia, em 31 de março de 2021, compreendem as operações realizadas pela TS Brasil antes da integralização das suas ações na Companhia, e que melhor reflete a essência econômica da entidade constituída.

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Bancos em moeda nacional	87	96	5.340	10.601
Aplicações financeiras	2.512	2.544	2.512	12.614
	2.599	2.640	7.852	23.215

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a remuneração é de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI

5 Contas a receber de clientes

	Controladora	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Clientes em moeda nacional	10	56.723	32.522
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas			(196)
	10	56.723	32.326

O aumento significativo dos saldos das contas a receber, em 31 de março de 2022, corresponde a receita de arrendamento do primeiro trimestre de 2022, no montante de R$ 24.397.

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
A vencer:			
Até 31 dias		56.713	188
Acima de 180 dias			32.138
Vencidos:			
Até 31 dias	10	10	
Acima de 180 dias			196
	10	56.723	32.522

A diretoria mantém procedimentos de cobrança para contas a receber vencidas.
As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	(196)	(195)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida		(1)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	196	
Saldo final		(196)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, após 2 anos.

6 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Por venda de ativo fixo				20
Créditos originados no Acordo (i)	61.963	61.647	62.432	61.647
Outros créditos		1.260		1.728
(-) Provisão para *impairment*				(20)
	61.963	62.907	62.432	63.375
Circulante	(28.186)	(28.880)	(28.655)	(29.348)
Não circulante	33.777	34.027	33.777	34.027

(i) Esses créditos referem-se aos títulos originadas no registro do Acordo (Nota 1.3), mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial, o qual considera que os créditos originais serão realizados pela TESA e repassados para a Companhia até o final de 2025. No trimestre findo em 31 de março de 2022, esses ativos foram remensurados ao seu valor justo, impactando o resultado do trimestre em R$ 757, reconhecido como despesas financeiras. A principal premissa que impactou a alteração do valor justo refere-se a taxa de desconto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	(20)	(24)
Valores recuperados no período		4
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	20	
Saldo final		(20)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, após 2 anos.

Em 31 de março de 2022, a composição dos títulos a receber, por idade de vencimento, na Companhia e no Consolidado é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
2023	12.154	12.018	12.154	12.018
2024	13.969	14.157	13.969	14.157
2025	7.654	7.852	7.654	7.852
	33.777	34.027	33.777	34.027

7 Tributos a recuperar (Consolidado)

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS	3.593	3.603
COFINS	17.528	18.659
IRRF	1.561	3.349
Outros tributos	938	796
(-) Provisão para impairment	(4.196)	(4.196)
	19.424	22.211
Circulante	(2.670)	(4.589)
Não circulante	16.754	17.622

O Grupo possui saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie. Não houve movimentação para *impairment* no período.

Pedidos de restituição

Em 2017, a controlada TS Brasil obteve medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS, no total aproximado de R$ 50.348, sobre os quais houve glosa de R$ 29.519. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.
No entanto, no que tange à TS Brasil, foi apresentada documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R$ 3.983, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da empresa supracitada o valor atualizado do montante deferido, conforme indicado acima, com a devida correção pela taxa SELIC, obtida via decisão judicial.

Adicionalmente, frente aos pedidos da controlada TS Brasil, houve indeferimento de uma parte deles pelas autoridades fiscais, no montante aproximado de R$ 29.519. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal, cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo. A diretoria entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui

Notas Explicativas

provisão para perdas. Todavia, caso ocorra inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a diretoria avaliará a medida cabível para agilizar a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro em tornar o direito mais plausível, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro de 2020, corroborando com o pedido realizado anteriormente. Por fim, em junho de 2021, houve movimentação nos processos, os quais estavam alocados na Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (COCAJ) - órgão interno da Receita Federal – e encaminhados para as Delegacias de Julgamento da RFB (DRJ) competentes. Em novembro de 2021, por decisão da DRJ, os processos foram convertidos em diligência, justamente para que seja feita reanálise do direito creditório, considerando a documentação juntada em 2020 e o novo entendimento sobre o conceito de insumo pelo STJ.

8 Imposto de renda e contribuição social

8.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	3.755	3.415
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	1.354	1.239
	5.109	4.654

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R$ 177 (2021 - R$ 4.258), serão utilizados para compensação do saldo a pagar.

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo utiliza a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Em 31 de março, a composição dos tributos diferidos por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Natureza por entidade legal	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	11.225	9.040	13.006	12.648
Contribuição social sobre base negativa acumulada	4.041	3.254	4.682	4.554
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment			164	238
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	11.835	9.641	12.366	10.133
Variação cambial		535		535
Obrigações do Acordo	1.045	1.045	1.045	1.045
Outras provisões temporárias			381	381
	28.146	23.515	31.644	29.534
Débitos tributários sobre:				
Diferenças temporárias:				
Direitos do Acordo	20.635	20.960	20.635	20.960
Custo atribuído			120.429	120.520
	20.635	20.960	141.064	141.480
Débitos tributários, líquidos	7.511	2.555	(109.420)	(111.946)
Tributos diferidos ativos	7.511	2.555	7.511	2.555
Tributos diferidos passivos			(116.931)	(114.501)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras intermediárias, apenas quando for provável que a Companhia e sua controlada apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 2022	647	3.069
Em 2023	663	663
Em 2024	677	677
Em 2025	692	692
Em 2026	707	707
Em 2027	722	722
A partir de 2028	11.158	11.158
	15.266	17.688

A expectativa de realização dos tributos diferidos na Companhia está fundamentada no resultado do plano de negócios implementado na Companhia a partir de janeiro de 2022, o qual considera que a Companhia será a responsável pelas atividades de manejo florestal nas unidades produtoras Terra Santa e Iporanga, as quais foram cedidas pela controlada à Companhia mediante contrato de parceria agrícola em atendimento aos planos de negócio da diretoria que busca a diversificação de suas atividades e a caracterização de sua controlada como uma empresa que aufere renda com a gestão de seus imóveis.

Notas Explicativas

Essa estimativa também considera a limitação da utilização dos referidos créditos até o limite de 30% do lucro real apurado em cada período.

8.3 Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.640)	2.898	37.014
Taxa nominal	34%	34%	34%
	1.578	(985)	(12.585)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:			
De equivalência patrimonial	4.566		
Despesas não dedutíveis	(665)	(665)	(2)
Tributos diferidos temporários:			
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais			(1.033)
Baixa de tributos		(388)	
Reversão variação cambial	(535)	(535)	
Outros adições líquidas	11	(10)	5
No resultado do período	4.955	(2.583)	(13.615)

Notas Explicativas

9 Partes relacionadas

9.1 Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no período são como segue:

	Controladora		Consolidado	
Operações	31 de março de 2022	31 de março de 2021	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Receita bruta de mercadorias e produtos (i)				4.500
Custo dos produtos vendidos				(65)
Aquisição de bens do ativo imobilizado (ii)				41.432
Aquisição de propriedades para investimento (ii)				9.763
Juros ativos (passivos) de contrato de mutuo (iii)	(3.239)	(76)		282

(i) Refere-se a vendas de produtos agrícolas (soja e milho) destinadas à TESA, conforme negociação dessas commodities no mercado, as quais foram realizadas ainda sob a condição de parte relacionada.

(ii) Em 28 de fevereiro de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, a TS Brasil firmou contrato de compra e venda de ativos com a TESA para a aquisição de ativos, substancialmente representados por benfeitorias realizadas nas propriedades agrícolas da TS Brasil. Essa operação foi realizada pelo valor residual que esses ativos estavam registrados na TESA. A diretoria entende que o custo contábil é a melhor referência para o registro dessa operação, em linha com as demais transações que envolveram a referida reorganização societária. Essas operações foram liquidadas a vista com saldo de mútuo.

(iii) Em 31 de março de 2022, refere-se a encargos financeiros calculados sobre os recursos financeiros recebidos da TS Brasil, considerando a variação do CDI com prazo indeterminado para liquidação.

9.2 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui constituídos, órgãos de Governança Corporativa, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, além da Diretoria Executiva, composta pelo Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo e Jurídico.

A remuneração dos conselheiros foi de R$ 784 e a remuneração da diretoria foi de R$ 590, no trimestre findo em 31 de março de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 15 de março de 2022, foi aprovada a instalação de Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade e no dia 26 de abril de 2022, Adicionalmente, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022 foi aprovada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

Notas Explicativas

10 Investimentos (Controladora)

10.1 Composição dos investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia têm a seguinte composição:

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
TS Brasil	692.182	678.750
Dividendos antecipados a ser aprovado em AGO	(146.473)	(130.159)
Mais-valia atribuída às terras da TS Brasil	192.486	192.486
	738.195	741.077

Os recursos financeiros enviados pela TS Brasil para a Companhia estão sendo apresentados como redutor do saldo de investimentos, haja vista que não há a expectativa da Companhia ou de sua controlada em liquidar essa operação com a troca de ativos financeiros, mas sim com a deliberação de dividendos na controlada no futuro. O referido montante inclui o principal e juros calculados pela antecipação dos recursos (Nota 9.1 (iii)). Os recursos recebidos pela Companhia no primeiro trimestre de 2022 foram no montante de R$ 13.075.

A mais valia de terras é originária pelo valor pago nas aquisições realizadas na antiga controladora e que foi aportada na Companhia (Nota 1.2): Maeda S.A. Agroindustrial, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil) e Vanguarda Participações S.A., em 6 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela TESA em 23 de dezembro de 2013).

10.2 Movimentação dos investimentos

A movimentação do investimento mantido na TS Brasil no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	741.077
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.3 (a))	13.432
Dividendos antecipados a ser aprovado em AGO	(16.314)
Saldos em 31 de março de 2022	738.195

10.3 Informações sobre a investida

Em 31 de março de 2022, as informações financeiras da investida é como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil	100%	750.759	205.050	545.709	23.690	13.432	13.432

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado do período em 31 de março de 2022, apurado pela TS Brasil.
Em 31 de março de 2021, as informações financeiras da investida é como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	787.954	136.710	651.244	4.500	26.438	26.438

Notas Explicativas

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado do trimestre de 2021 apurado pela TS Brasil, sendo que o montante de R$ 17.267 foi reconhecido até 28 de fevereiro de 2021, sendo incorporado ao acervo líquido aportado na Companhia, e o valor remanescente, no montante de R$ 9.171 refere-se ao resultado apurado em março de 2021. A demonstrações do resultado do exercício da controladora contempla o resultado do período de 3 meses, no contexto da utilização da contabilidade de reorganização de capital (Nota 3.2 (b)).

11 Propriedades para investimento (Consolidado)

As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Imóveis - escritório em Nova Mutum (i)	9.480	9.561
Propriedades agrícolas (ii)	805.091	802.044
	814.571	811.605

(i) Em fevereiro de 2021, a TS Brasil adquiriu da TESA, mediante instrumento particular de compra e venda, um prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum - MT, o qual não é utilizado pela TS Brasil em sua operação e é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Essa propriedade é mantida pela TS Brasil com o objetivo de auferir renda mediante aluguel à terceiros. Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o valor justo desse imóvel é estimado em R$ 33.011, conforme laudo emitido por empresa especializada. A administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades nesse período.

(ii) As propriedades agrícolas referem-se às terras para exploração conforme contratos de arrendamento mantidos pelo Grupo (Nota 1.2), reclassificadas do ativo imobilizado em 1º de agosto de 2021 (Nota 2.7). As propriedades para investimento estão registradas pelo valor de custo e o valor justo dessas propriedades agrícolas estão estimados em R$ 2.624.935 em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, conforme laudo emitido por empresa especializada. A administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades nesse período.

A movimentação das propriedades para investimento no período é como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	811.605	
Aquisições		9.786
Transferência do ativo imobilizado	4.436	802.044
(-) Depreciação	(1.470)	(225)
Saldo em 31 de março de 2022	814.571	811.605

11.1 Propriedades para investimentos dadas em garantia

Em 31 de março de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia no montante de R$ 63.399, estão garantidos por propriedades da TS Brasil, no montante contábil de R$ 67.366.

Adicionalmente, em garantia de execução trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da TS Brasil em penhora, lastreando processo trabalhista da TESA, enquanto era sua controlada, cujo valor dos ativos imobilizados é de R$ 16.375 (2021 - R$ 16.375).

12 Imobilizado

Notas Explicativas

12.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2022 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110				110
Equipamentos de informatica		175			175
Total	110	175			285

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Equipamentos de informatica	20%		(5)			(5)
Total			(5)			(5)

Saldo líquidos	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110	110
Equipamentos de informatica	170	
Total	280	110

12.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2022 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	50.277			(4.436)	45.841
Edificações e instalações	209				209
Máquinas e equipamentos	57				57
Veículos	10				10
Móveis e utensílios	16				16
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110				110
Equipamentos de informatica		175			175
Correção de solo	41.590				41.590
Total	92.269	175		(4.436)	88.008

Em comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os saldos iniciais foram realocados entre linhas, para adequada apresentação, sem alteração ao montante total.

Depreciação (i)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	4%	(30)				(30)
Máquinas e equipamentos	7%	(15)				(15)
Veículos	5%	(10)				(10)
Móveis e utensílios	4%	(10)				(10)
Equipamentos de informatica	20%		(5)			(5)
Correção de solo	8%	(41.590)				(41.590)
Total		(41.655)	(5)			(41.660)

Notas Explicativas

Saldo líquidos	2022	2021
Terras para exploração (i)	45.841	50.277
Edificações e instalações	179	179
Máquinas e equipamentos	42	42
Móveis e utensílios	6	6
Equipamentos de informatica	170	
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110	110
Total	46.348	50.614

(i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que executa a exploração sustentável da vegetação nativa (manejo florestal).

12.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (i)	Saldo final
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110			110
Total		110			110

Saldo líquidos	2021
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110
Total	110

Notas Explicativas

12.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	568.800	193.613		(738.188)	24.225
Edificações e instalações	66.705	20.301	(2.356)	(80.954)	3.696
Máquinas e equipamentos	16.071	15.155	(6.193)	59	25.092
Veículos	10				10
Móveis e utensílios	32	16	(19)	20	49
Imobilizações em curso		5.566	(725)	(1.570)	3.271
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110			110
Correção de solo	44.503		(2.913)		41.590
Total	696.121	234.761	(12.206)	(820.633)	98.043

Depreciação (i)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para Exploração						
Edificações e instalações	4%	(18.080)	(2.292)	783	18.569	(1.020)
Máquinas e equipamentos	7%	(4.399)	(1.997)	1.594	20	(4.782)
Veículos	5%	(9)				(9)
Móveis e utensílios	4%	(26)	(16)	14		(28)
Correção de solo	8%	(44.503)		2.913		(41.590)
Total		(67.017)	(4.305)	5.304	18.589	(47.429)

Saldo líquidos	2021	2020
Terras para exploração	24.225	568.800
Edificações e instalações	2.676	48.625
Máquinas e equipamentos	20.310	11.672
Veículos	1	1
Móveis e utensílios	21	6
Imobilizações em curso	3.271	
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110	
Total	50.614	629.104

13 Empréstimos e financiamentos

		Custo médio ponderado	Controladora		Consolidado	
Modalidade	Indexador	Taxa de juros	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Moeda Nacional						
Aquisição de Imobilizado	R$	3,50% a.a.			426	939
Crédito à Exportação	R$	15,00% a.a.	26.970	26.166	26.970	26.166
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R$	15,58% a.a.	36.429	45.262	36.429	45.262
Total		15,25% a.a.	63.399	71.428	63.825	72.367
Circulante			(58.980)	(58.221)	(59.406)	(59.087)
Não Circulante			4.419	13.207	4.419	13.280

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de março de 2022, a totalidade dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante da controladora e consolidado tem o seu vencimento para o ano 2023.

Notas Explicativas

		Consolidado
Modalidade	**Saldo contábil**	**2023**
Moeda Nacional		
Crédito Rural, Custeio e Projeto	4.419	4.419
Total	4.419	4.419
Não circulante	4.419	

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	**Tributos parcelados**	**Total da dívida**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	72.367	492	72.859
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(11.056)**	**(48)**	**(11.104)**
(-) Amortização de passivos	(8.756)	(36)	(8.792)
(-) Amortizações juros	(2.300)	(12)	(2.312)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**2.514**	**12**	**2.526**
(+) Atualizações juros	2.514	12	2.526
Saldos em 31 de março de 2022	63.825	456	64.281

Na controladora a movimentação é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	**Partes relacionadas**	**Total da dívida**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	71.428		71.428
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(10.500)**	**13.075**	**2.575**
(-) Amortização de passivos	(8.333)		(8.333)
(-) Pagamento de juros	(2.167)		(2.167)
(+) Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		13.075	13.075
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**2.471**	**(13.075)**	**(10.604)**
(+/-) Pagamento de dívda por parte relacionada			
(+) Atualizações juros	2.471	3.239	5.710
(-) Dividendos antecipados a ser aprovado em AGO		(16.314)	(16.314)
Saldos em 31 de março de 2022	63.399		63.399

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento em 2021, é como segue:

Notas Explicativas

	Empréstimos e financiamentos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021		3.543		3.543
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(59.863)**	**(3.051)**		**(62.914)**
(-) Amortização de passivos	(49.514)	(2.999)		(52.513)
(-) Amortizações juros	(10.349)	(52)		(10.401)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**132.230**			**132.230**
(-) Operação com partes relacionadas, líquidos			(40.281)	(40.281)
(+) Aporte de capital	123.691		38.458	162.149
(+) Atualizações juros	9.310		1.823	11.133
(+/-) Atualizações variação cambial	(771)			(771)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.367	492		72.859

13.1 *Covenants*

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e do Grupo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Para o período de 31 de março de 2022, há um único contrato celebrado que possui *covenants* financeiros calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, conforme segue:

- Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
- Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.

A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas e, até 31 de março de 2022, estão sendo cumpridos.

14 Outros tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS	1		154	164
COFINS	3		731	788
IRRF s/ Operação Mútuo	1.537	856	1.545	864
Retenções (PIS/COFINS/IRRF/CSLL/ISS)	80	74	3.160	2.357
	1.621	930	5.590	4.173
	(1.621)	(930)	(5.590)	(4.173)

15 Tributos parcelados (Consolidado)

Notas Explicativas

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Previdenciário	220	231
Outros	236	261
	456	492
Circulante	(228)	(228)
Não circulante	228	264

16 Provisão para contingências

A diretoria, com base na análise individual dos processos impetrados contra o Grupo e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Causas	**Provisão**	**Provisão**
Trabalhistas	26.812	24.260
Tributárias e ambientais	5.027	2.360
Cíveis	2.971	1.737
Total	34.810	28.357

	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Causas	**Provisão**	**Provisão**
Trabalhistas	27.482	24.890
Tributárias e ambientais	8.140	5.398
Cíveis	3.861	2.528
Total	39.483	32.816

Trabalhistas

As ações referem-se, substancialmente a ações trabalhistas recebidas no Acordo (Nota 1.3), com destaque para ação movida no valor estimado, líquido, de RS 26.216 (sendo R$ 39.067 o valor da contingência e R$ 12.851 de depósito judicial), pelo reclamante Marcos Cesar de Moraes que alega descumprimento de cláusula contratual por violação de suposto período estabilitário e consequente aplicação de multa prevista em cláusula penal.

Tributárias e ambientais

Refere-se a ações diversas recebidas do Acordo (Nota 1.3), representadas por auto de infração lavrado pelo IBAMA, objeto de execução fiscal, no importe de R$ 3.106, por exercer atividade operacional em

Notas Explicativas

inobservância à legislação ambiental aplicável, litígios tributários de ICMS originados nos Estados de Tocantins e no Ceará, cobranças provenientes de suposto débitos de ICMS para os exercícios de 2008 a 2009, indenização por danos ambientais ocorridas na antiga Unidade Produtora de Biocombustível de São Luis/MA (desativada em 2011), bem como auto de infração por suposta operação de armazém-geral em inobservância à legislação aplicável.

Cíveis

A variação da provisão no período está substancialmente representada pelo valor estimado para a liquidação ações originadas na TESA, antiga controladora, e transferida para o Grupo conforme termos do Acordo (Nota 1.3).

Essas ações cíveis são representadas por pedidos de indenização por dano moral, material e suposto descumprimento de contrato de prestação de serviço, inadimplemento contratual e a consequente cobrança de multas e penalidades.

16.1 Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2022, a TS Brasil possui depósitos judiciais, para os quais não mantêm provisão para contingências, nos montantes totais de R$ 153 (2021 - R$ 127) os quais estão classificados no ativo não circulante.

16.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

(a) 1º de janeiro a 31 de março 2022

	Controladora			
Causas	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	24.260	2.360	1.737	28.357
Novos processos e complementos (i)	48	2.643	1.232	3.923
Reversão de provisão	(201)		(26)	(227)
Encargos financeiros no período (ii)	2.705	24	28	2.757
Saldos em 31 de março de 2022	26.812	5.027	2.971	34.810

(i) As adições ocorridas no período de três meses findo em 31 de março de 2022, referem-se à: Trabalhistas: complemento de valores em dois processos sendo, processo número 0093300-24.2008.5.16.0015 no montante de R$ 45 e no processo número 0000135-41.2021.5.23.0121 no montante de R$ 3. Tributária: alteração de prognóstico de possível para provável no processo número 0001623-17.2018.8.06.0070, referente a execução fiscal visando a cobrança de ICMS dos períodos de janeiro a março de 2009, no montante de R$ 2.643. Cível: novo processo número 4485-93.2019.811.0002 resultante da condenação da Companhia ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no montante de R$ 1.232.

(ii) Os encargos financeiros no período de três meses findo em 31 de março de 2022, referem-se à: Trabalhista: Atualização monetária através do IGPM para o processo número 0025800-58.2009.5.24.0022 no montante de R$ 2.685 e demais processos atualizados no montante de R$ 20. Tributárias e Cíveis atualizados monetariamente nos montantes de R$ 24 e R$ 28, respectivamente.

Notas Explicativas

	Consolidado			
Causas	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	24.890	5.398	2.528	32.816
Novos processos e complementos	74	2.648	1.305	4.027
Reversão de provisão	(201)		(26)	(227)
Encargos financeiros no período	2.719	94	54	2.867
Saldos em 31 de março de 2022	27.482	8.140	3.861	39.483

(b) 1º de janeiro a 31 de dezembro 2021

	Controladora			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2021				
Processos recebidos no acordo (Nota 1.3)	21.528	2.317	1.528	25.373
Novos processos e complementos	55		134	189
Liquidações no exercício	(203)			(203)
Encargos financeiros no exercício	2.880	43	75	2.998
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.260	2.360	1.737	28.357

	Consolidado			
Causas	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2021			298	298
Processos recebidos no acordo (Nota 1.3)	21.528	2.317	1.528	25.373
Processos transferidos no período (i)	830	5.098	458	6.386
Novos processos e complementos	978		135	1.113
Reversão de provisão	(401)	(2.141)	(50)	
Depósitos judiciais relacionados	(27)			
Encargos financeiros no período	1.982	124	159	2.265
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.890	5.398	2.528	32.816

16.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da diretoria, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras intermediárias:

	Consolidado	
Causas	**31 de março de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Tributárias	107.800	102.647
Trabalhistas	299	1.256
Cíveis	13.076	11.924
	121.175	115.827

Tributárias

Notas Explicativas

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a indeferimentos de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS não cumulativo; suposta ausência de recolhimento de ICMS; indeferimento dos pedidos de compensações referentes a IRRF, IRPJ, CSLL, IOF, PIS, COFINS, ITR, IPI; aplicação de suposta multa isolada de 50% pela não homologação dos pedidos de compensação; suposta fruição indevida de crédito de ICMS pelo PROALMAT; suposta utilização indevida de crédito de ICMS na compra de energia elétrica; lavratura de auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ITR.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading* cases de casos semelhantes com decisões controvertidas.

Trabalhistas

As reclamatórias trabalhistas com perda classificada como possível referem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Trata-se de reclamatórias usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela controlada TS Brasil no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.
Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum (MT), sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros.

Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese de a área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a TS Brasil ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instancia, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual

Notas Explicativas

foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à TS Brasil. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações do Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Em janeiro de 2021 foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2019. O escritório e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R$ 8.069 em 31 de março de 2022 (2021 – R$ 7.878).

17 Adiantamentos de clientes

Em 31 de março de 2022, refere-se ao adiantamento recebido da TESA pelo arrendamento das propriedades para investimento da Companhia (Nota 1.2), equivalentes a 39.099 hectares de terras localizados no estado de Mato Grosso, conforme contratos firmados entre as partes até o término da safra 2040/2041, previsto para agosto de 2041. Esses adiantamentos recebidos caracterizam-se como passivos de contratos e, portanto, estão sendo atualizados pela taxa equivalente ao custo médio de captação do Grupo, determinado em 8,66% ao ano pela diretoria.

No período findo em 31 de março de 2022, sobre o saldo de adiantamentos de clientes foram imputados encargos financeiros no montante de R$ 1.487, e houve a baixa de R$ 918 contra recebíveis de arrendamento.

O montante dos adiantamentos a serem compensados com os recebíveis dos contratos de arrendamento nos próximos doze meses é de R$ 3.699, e a parcela classificada no passivo não circulante tem a seguinte distribuição por ano de compensação:

2.023	2.775
2.024	3.699
2.025	3.699
2026 à 2041	57.955
	68.128

A diretoria do Grupo entende que o adiantamento recebido apenas caracteriza-se como receita ganha pelo Grupo à medida que o período de arrendamento é incorrido, sendo que o montante correspondente ao período não realizado é passivo de devolução em caso de eventos futuros que impossibilitem a continuidade da operação contratada entre as partes.

18 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Honorarios Advocatícios			1.145	1.352
Plano de incentivo (i)	6.051	4.309	6.051	4.309
Seguros	216		380	113
Passivos decorrentes do Acordo de Associação e Outras Avenças (Nota 1.3)	3.071	3.071	3.071	3.071
Outros	225	8	244	26
	9.563	7.388	10.891	8.871
Circulante	(9.158)	(7.290)	(9.365)	(7.653)
Não circulante	405	98	1.526	1.218

(i) Refere-se a dívida migrada e recepcionada pela Companhia, correspondente a outorga realizada pela TESA à executivo da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2021. Essa obrigação é mensurada com base na cotação pública da ação da Companhia, e os

Notas Explicativas

efeitos são registrados como Outras despesas operacionais (Nota.22) O referido plano foi concebido originalmente com o objetivo de engajamento dos administradores na valorização das ações da TESA como um plano de remuneração variável dos executivos administradores e engajá-los na valorização das ações. A referida dívida diz respeito a remuneração variável concedida nos exercícios de 2020 e 2019, a serem liquidadas com a ativos financeiros e, portanto, não se constituindo um instrumento de patrimônio na Companhia.

Atualmente houve o pagamento apenas da primeira tranche (87.177 ações ordinárias da Companhia) do Programa de 2019. Para o ano de 2021 estavam programadas a segunda tranche do Programa de 2019 e a primeira tranche do Programa de 2020, as quais ainda não foram pagas porque era necessário organizar a migração do referido plano para a Companhia. Em 2022, será paga a segunda tranche de 2019 (87.177 ações ordinárias da Companhia) e a primeira tranche de 2020 (26.705 ações ordinárias da Companhia). Como pagamento ordinário de 2022, a Companhia pagará a terceira e última tranche de 2019 (87.177 ações ordinárias da Companhia) e a segunda tranche de 2020 (26.705 ações ordinárias da Companhia), o que deverá ocorrer em julho de 2022. Em 2023, Companhia pagará a terceira e última tranche do programa de 2020 (26.705 ações ordinárias da Companhia), encerrando o referido plano.

Notas Explicativas

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021, com capital social subscrito de R$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados, conforme apontado na Nota 1.2.

Em 30 de junho de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da companhia, à razão de 7:1, de forma que cada 7 ações ordinárias passam a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o capital social de R$ 673.588 para 96.226.962 ações ordinárias.

Em 31 de março de 2022, o capital social é de R$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

19.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$ 19.719 (incluindo o mínimo obrigatório) referente ao exercício de 2021.

19.3 Plano de pagamento baseado em ações

Em 23 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Plano de ações restritas TSPA"), que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de ações restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas. Até a data de aprovação informações contábeis consolidadas intermediárias da Companhia, não ocorreu a outorga para nenhum dos beneficiários.

O Plano de ações restritas TSPA prevê que o pagamento dos benefícios poderá ser realizado mediante a entrega de ações da Companhia ou pagamento do valor equivalente em dinheiro, a ser definido pelo Conselho de Administração, sendo limitada a diluição societária referencial máxima de até 5% do capital social da Companhia (considerando as ações ordinárias da Companhia na data de aprovação de cada plano). As metas de performance fixadas para o *vesting* do benefício serão definidas em cada outorga.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e sua controlada TS Brasil, estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. As divulgações a seguir estão demonstrando a forma de gestão de riscos do Grupo.

Notas Explicativas

20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, sendo na controlada a liquidação de seus passivos através dos contratos de mútuo com a sua controlada.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A diretoria da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13.1). Como parte dessa revisão, a diretoria considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

20.3 Políticas contábeis significativas

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão referenciados na Nota 2.

20.4 Categoria de instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.599	2.640	7.852	23.215
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	10		56.723	32.326
Títulos a receber	Valor justo por meio do resultado	53.037	53.806	52.998	63.375
Títulos a receber	Custo amortizado	8.926	9.101	9.434	
Depósitos judiciais	Custo amortizado			153	127
		64.572	65.547	127.160	119.043
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	63.399	71.428	63.825	72.367
Tributos parcelados	Custo amortizado			456	492
Títulos a pagar	Valor justo por meio do resultado	9.122	7.375	9.119	5.498
Títulos a pagar	Custo amortizado	441	13	1.772	3.373
Dividendos a pagar	Custo amortizado	4.930	4.930	4.930	4.930
		77.892	83.746	80.102	86.660

Notas Explicativas

20.5 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

20.6 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis consolidadas intermediárias da Companhia e, nessa Nota.

20.7 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, bem como pelo Comitê Jurídico, tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 15 de março de 2022, foi aprovada a instalação de Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade e no dia 26 de abril de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a instalação do Conselho Fiscal cujos membros e regimento interno para ambos, serão oportunamente informados.

Os riscos operacionais da Companhia são avaliados diretamente pelo Comitê de Auditoria, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela sua auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, o Conselho de Administração e a diretoria do Grupo, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos em aberto.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo utiliza instituições financeiras de primeira linha.

As receitas do Grupo são substancialmente provenientes do arrendamento das terras.

Notas Explicativas

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber do Grupo em 31 de março de 2022:

			Controladora		Consolidado	
Nível	***Rating***	**Taxa**	**Saldo contábil**	**Provisão**	**Saldo contábil**	**Provisão**
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,0%	10		56.723	
Risco razoavel	B	0,5%				
Duvidoso	C	10,0%				
Perda	D	100,0%				
			10		56.723	
Titulos a receber						
Risco baixo	A	0,0%	61.963		62.432	
Risco razoavel	B	0,5%				
Duvidoso	C	10,0%				
Perda	D	100,0%				
			61.963		62.432	
			61.973		119.155	

A diretoria entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito. O Grupo considera o saldo de títulos a receber como exposto a este risco. Em 31 de março de 2022 o saldo na controladora é de R$ 61.973 e no consolidado o saldo é de R$ 119.155 (R$ 95.917 em 31 de dezembro de 2021 no consolidado)

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de março de 2022, o Grupo possuía linhas de créditos contratadas, assim como possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

Em 31 de março de 2022, o Grupo mantém capital circulante líquido positivo em R$ 7.990. A administração entende que apesar de a Companhia apresentar capital circulante líquido negativo em R$ 43.750, nessa mesma data base, não haverá dificuldades financeiras para liquidar suas obrigações mediante o uso de recursos financeiros originados em sua controlada.

Notas Explicativas

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Em 31 de março de 2022			
Empréstimos e financiamentos	63.626	5.279	68.905
Tributos parcelados	228	228	456
Títulos a pagar	9.365	1.526	10.891
	73.219	7.033	80.252

(iii) Risco de taxa de câmbio

A partir do início da vigência do contrato de arrendamento em setembro de 2021, quando o Grupo passa a ter sua receita de arrendamento com o preço indexado à variação do preço da soja, e este, por sua vez, intrinsecamente ligado à variação do dólar, a Companhia passa a ter uma proteção natural do risco da taxa de câmbio. Essa proteção é limitada ao período anterior à fixação dos preços pela Companhia, todavia ainda é considerada suficiente pela diretoria, em caso de contratação de dívida em moeda estrangeira pela Companhia e pelo Grupo.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2022, o Grupo mantinha o saldo de caixa e equivalentes de caixa mensurado ao custo amortizado. Adicionalmente, o Grupo possui instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar a fornecedores e títulos a pagar com vencimento em curto prazo e longo prazo. No entendimento da diretoria para os valores a receber e a pagar no curto prazo o valor justo dos instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A controlada TS Brasil possui contratos de arrendamento firmados com a TESA. expostos ao risco de preço, o qual se encontra atrelado à cotação da soja. Como forma de gerenciamento de risco o Grupo monitora e acompanha as projeções de preço e todas as suas variáveis, a fim de determinar o melhor momento e condições para fixação da soja, observando as janelas contratualmente previstas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são para fins especulativos, quando utilizados.

(viii) Gerenciamento do riscos climáticos

As propriedades da Companhia estão expostas a riscos de danos causados por incêndios florestais e outras forças da natureza, além de impactos gerados por mudanças climáticas. A diretoria possui processos em funcionamento voltados ao monitoramento desses riscos, incluindo inspeções regulares, assim como a análise de relatórios gerados pelo processamento de imagens de satélite.

A Companhia não está exposta a riscos climáticos de forma direta, contudo há um acompanhamento de fenômenos climáticos que possam impactar os parâmetros dos preços das *commodities* agrícolas, dessa forma a Companhia administra esse risco de impacto, alinhando a fixação dos preços dos arrendamentos com as condições de oferta e demanda do mercado de *commodities* e realiza análises regulares de tendências da agroindústria para volumes projetados de produção de *commodities* e preço.

Notas Explicativas

21 Receita líquida

A receita líquida compreende as receitas de contratos com clientes, no caso da operação de manejo florestal, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agricolas.

A composição da receita líquida no período findo em 31 de março é como segue:

	Controladora	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Receita bruta de vendas de madeira e produtos agrícolas		989	4.500
Receita bruta de arrendamento operacional	30	25.333	
	30	26.322	4.500
Deduções da receita com vendas de produtos agrícolas			
Devoluções e abatimentos		(151)	
Impostos sobre vendas de madeira		(111)	
		(262)	
Deduções da receita com arrendamento			
Impostos sobre arrendamento	(3)	(2.343)	
	(3)	(2.343)	
Receita líquida	27	23.717	
Receita líquida de vendas de madeira e produtos agrícolas		727	4.500
Receita líquida de arrendamento operacional	27	22.990	
Receita líquida	27	23.717	4.500

A receita líquida de venda de madeira e produtos agrícolas tem a seguinte composição, por produto:

	Controladora	Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Soja			4.500
Madeira		727	
Arrendamento	27	22.990	
Receita líquida de vendas e serviços	27	23.717	4.500

Os fluxos de caixa não descontados estimados para os arrendamentos operacionais contratados para os próximos cinco anos, e para o prazo remanescente do contrato, são como segue:

2022	75.023
2023	100.530
2024	100.530
2025	100.530
2026	100.530
2027 a 2041	1.474.437
	1.951.580

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa futuros estimados para as operações de arrendamento consideram o valor de mercado futuro da soja por ano safra até 2023 (última data disponível) e, a partir dessa data, mantém-se o valor de mercado utilizado para o último ano.

Em 31 de março de 2022, o Grupo já possui o preço definitivo (fixado) para 100% das sacas de soja que são utilizadas para determinar a receita de arrendamento para a safra 2021/2022., finalizada em 31 de agosto de 2022. O preço médio fixado é de R$ 144,41 por saca. Para fins de cálculo da receita de arrendamento, o valor da saca de soja utilizado para o volume de soja ainda não (definitivo) fixado foi determinado conforme o preço de mercado praticado na data-base dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Até a data de aprovação dessas informações contábeis consolidadas intermediárias, o Grupo não realizou a fixação de preços para as safras futuras.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(751)	(2.101)	(161)
Depreciações e amortizações	(5)	(1.475)	(417)
Provisões com contingências	(3.696)	(3.800)	
Plano de incentivo (Nota 18)	(1.742)	(1.742)	
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(322)	(503)	2.775
Despesas com pessoal		(799)	(20)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado			(28)
Remuneração dos administradores	(1.374)	(1.374)	
Custos variáveis e gastos indiretos de produção			(60)
Variação do valor justo dos produtos agrícolas			33.692
Reversão (perda)por redução ao valor recuperável de recebíveis		216	(21)
PIS e Cofins sobre receita de juros com partes relacionadas		(151)	
Baixa tributos		(1.045)	
IOF	(826)	(826)	
Perda (reversão) de ativos			(483)
	(8.716)	(13.600)	35.277

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado
	31 de março de 2022	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Custo dos produtos vendidos		(1.470)	(65)
Realização do valor justo dos ativos biológicos			33.692
Despesas gerais e administrativas	(3.994)	(6.205)	(651)
Outras despesas (receitas) líquidas	(4.722)	(5.925)	2.301
	(8.716)	(13.600)	35.277

23 Resultado financeiro

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras			166	15
Juros ativos			446	206
			612	221
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.471)	(1.081)	(2.515)	(1.095)
Juros passivos e multa de mora	(5.997)	(76)	(2.882)	(4)
Juros sobre adiantamentos de clientes			(1.487)	
Ajuste a valor presente	(757)		(757)	
Outras despesas	(158)	(2)	(190)	(5)
	(9.383)	(1.159)	(7.831)	(1.104)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais passivas		(1.880)		(1.880)
		(1.880)		(1.880)
Resultado financeiro	(9.383)	(3.039)	(7.219)	(2.763)

24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar			6.925	488
Integralização de capital (Nota 1.2)		673.588		673.588
Dividendos liquidado com operação de mútuo		(7.046)		(7.046)
Aquisição de imobilizado liquidado com operação de mútuo				(41.432)
Aquisição de propriedade para investimento liquidada com operação de mútuo				(9.763)

25 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período (Nota 19). Em 31 de março de 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeitos diluidores.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Lucro utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	315	23.399
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	96.227	8.420
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	0,0033	2,7790

26 Compromissos

Notas Explicativas

26.1 Contrato de parceria agrícola

A controlada TS Brasil possuía contrato de parceria agrícola mantida com a TESA. A TS Brasil cedia para exploração 39.326 hectares úteis (39.326 hectares em 2020), com as culturas de soja, milho e algodão, contemplando uma participação em 2021, de 25% da produção bruta para grãos e 13% para algodão em pluma, a qual é liquidada conforme o cronograma de colheitas efetuadas.

O contrato de parceria agrícola foi distratado em 31 de agosto de 2021, sendo que a partir de 1º de setembro de 2021 passou a vigorar o contrato de arrendamento com a TESA, pelo prazo de 20 anos, conforme descrito na Nota 1.2.

26.2 Contrato de arrendamento de terras

Conforme divulgado nas Notas 1.2 e 17, o Grupo mantém contratos de arrendamento de suas propriedades agrícolas com a TESA, vigente até a safra 2020/2041. O fluxo estimado de receita desses contratos de arrendamento operacional está divulgado na Nota 21.

27 Informação por segmento

O Grupo opera como um único segmento operacional que se refere a exploração de propriedades para a produção agrícola. No entendimento da diretoria, a alteração da forma de exploração dessas propriedades agrícolas não impacta nas análises de segmentos operacionais, uma vez que o Grupo continua operando como uma única unidade de negócio, a qual é controlada, gerenciada e monitorada pela diretoria de forma integrada.

Essa definição foi baseada na forma que a Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia realiza a gestão das operações originadas nas terras de propriedade do Grupo.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2021, a TESA (ainda na condição de controladora do Grupo) individualmente representou 100% das vendas realizadas. A partir de 1º de setembro de 2021, as receitas de arrendamento operacional foram 100% obtidas com a TESA, já operando com controladores diferentes.

* * *

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico

Nayra Ariane Brucce
Contadora

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações
intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Informações contábeis comparativas

Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às informações contábeis intermediárias, que descrevem que as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, compreendem as operações realizadas pela TS Brasil S.A. no referido trimestre, antes da integralização de suas ações na Companhia, em 31 de março de 2021, no contexto da reorganização de capital do controlador comum à época da reorganização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 9 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.
Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de março de 2022, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 09 de maio de 2022.

_____
José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

_____
Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.
Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de março de 2022, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 09 de maio de 2022.

_____
José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

_____
Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico